

## **Evolução do ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil: Análise das políticas federais de 2012 a 2022**

### **Evolution of ecotourism in Protected Areas in Brazil: Federal policies analysis from 2012 to 2022**

**ERIKA SAYURI KOGA<sup>1,2</sup>, GRISLAYNE GUEDES LOPES DA SILVA<sup>2</sup>, JORDANA DE SOUZA CAVALCANTE<sup>2</sup> & SIDNEI RAIMUNDO<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Instituto Federal de São Paulo e <sup>2</sup>Universidade de São Paulo

Contacting author: jordanacavalcante@usp.br

**Palavras-chave** | Ecoturismo, Unidades de Conservação, Políticas Públicas, Uso Público, Brasil

**Objetivos** | Discutir criticamente a evolução das políticas públicas de ecoturismo e turismo de base comunitária (TBC) no Brasil ao longo do período de 2012 até 2022, comparando ações governamentais federais implementadas nas áreas de uso público em Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

**Metodologia** | Estudo de caráter exploratório e descritivo com pesquisa bibliográfica e documental. Na primeira fase, foi realizada consulta bibliográfica em meios eletrônicos, de textos científicos e legislação para traçar histórico de políticas públicas em UCs brasileiras. Na segunda fase, coletou-se notícias sobre ecoturismo em portais eletrônicos do Ministério do Turismo (MTUR) e do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA). Para a coleta buscou-se pelas palavras-chave: "ecoturismo", "turismo de base comunitária ou TBC" e "unidades de conservação ou UCs" e limitou-se ao período de 01/01/2012 a 31/12/2022. Das notícias filtradas, foram extraídas as informações: link da informação encontrada, data de publicação, tipo de ação governamental, UCs mencionadas e quantidade de UCs contempladas, separadas por Proteção Integral e de Uso Sustentável. As notícias selecionadas foram categorizadas em: 1. Ações de Promoção e Divulgação, 2. Investimentos em Infraestrutura Turística nas UCs, 3. Capacitação e Qualificação. Na terceira fase, as notícias foram analisadas, com uma abordagem qualitativa (Lakatos & Marconi, 2011).

**Principais resultados e contributos** | Nos últimos 10 anos, o Brasil esteve presente no *Travel & Tourism Competitiveness Report* (WEF, 2023), do Fórum Econômico Mundial, nas primeiras colocações do *ranking*, pela abundância de recursos naturais e culturais, destacando a importância do ecoturismo como indutor da biodiversidade. Atualmente, o Brasil tem 2.859 UCs, o que representa 30,3% do território coberto por áreas protegidas, sendo 1.087 UCs instituídas somente

no âmbito federal (MMA, 2023). As UCs brasileiras dividem-se em dois grupos: Proteção Integral (PInt) e Uso Sustentável (USust) (Lei n. 9985; 2000) e, até julho de 2023, foram contabilizadas 895 UCs de PInt e 1.964 UCs de USust. Dentre as UCs federais, 335 UCs são gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao MMA (2023). A principal diferença entre os tipos de UCs está nas regras de uso dos recursos naturais. Na categoria de PInt é permitido apenas o uso indireto dos recursos, sendo proibido a moradia de pessoas, cultivo de alimentos, atividades de caça e pesca, extrativismo e outros usos diretos da natureza. Por outro lado, nas UCs de USust, é permitido o uso direto dos recursos naturais desde que em harmonia com a conservação da natureza (Lei n. 9985; 2000). O ecoturismo é uma atividade considerada de uso indireto e permitida tanto em UCs de PInt como de USust. No âmbito federal, há 185 UCs de USust, onde estima-se que vivam mais de 60 mil famílias tradicionais (ICMBio, 2020). Nas 137 UCs abertas à visitação e com monitoramento, registraram-se em 2022 mais de 21,6 milhões de visitantes, sendo 10,5 milhões em Parques Nacionais (PNs) (MTUR, 2023). Nesta pesquisa, foram encontradas 1.057 notícias nos portais eletrônicos do MTUR e MMA e selecionadas 326, sob os critérios de evidenciar políticas públicas, estratégias de divulga o, investimentos e qualifica o realizados em UCs. As políticas públicas têm fomentado o turismo de natureza como forma de conserva o do patrim nio natural e cultural nas UCs e gerador de emprego e renda nas comunidades no entorno das áreas. Tal situa o justifica os esforços do MMA em firmar parcerias (concessão, permissão e autoriza o) com diversos prestadores de serviços de uso público em PNs (Botelho & Rodrigues, 2016), evidenciando a despropor o das a o es governamentais focadas em UCs de PInt em rela o às de USust. Nota-se também, algumas a o es positivas em UCs, independente da categoria, como a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas) e o Projeto Experiências do Brasil Original, que apoia a estrutura o de roteiros em comunidades indígenas e quilombolas.

**Limita o es** | Levantou-se informa o es em UCs federais publicadas pelo MTur e MMA e se limitou ao período dos últimos 10 anos. Recomenda-se ampliar o levantamento e análises sobre lacunas existentes nos programas em UCs de USust e os interesses para crescimento de PInt; identificar os benefícios sociais, culturais, ambientais e econ micos dessas políticas públicas; possibilitando cria o de propostas para órgãos públicos, comunidades e empresas.

**Conclusões** | Questiona-se os esforços públicos e governamentais em prol do desenvolvimento de UCs de PInt, com destaque aos PNs, em detrimento de USust, onde vivem popula o es quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores e outras famílias tradicionais que vivem direta ou indiretamente dos recursos naturais. As atividades de ecoturismo e, principalmente o TBC, priorizam o envolvimento das comunidades locais como protagonistas da experiência de visita o, educa o ambiental e desenvolvimento sustentável (Botelho & Rodrigues; 2016). Os princípios do

ecoturismo e TBC deixam claro a relevância de cada um dos aspectos e muitas críticas têm sido feitas atualmente sobre o real protagonismo da comunidade local no turismo, desde o planejamento, gestão e compartilhamento dos resultados. Assim, o ecoturismo e TBC deveriam ter mais esforços focados no desenvolvimento de UCs de USust. É a forma de vida das comunidades e suas relações com a natureza, que o ecoturismo deve contribuir como importante atividade no Brasil.

**Agradecimentos** | Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### Referências

- Botelho, E. S., & Rodrigues, C. G. O. (2016). Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2). <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>
- ICMBIO (2022). Populações tradicionais. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/>
- ICMBIO (2023). Turismo: Uso Público e Turismo. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/>
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2011). Metodologia científica (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (2000). Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)
- Ministério do Meio Ambiente. (2023). Cadastro Nacional de UCs. [www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html](http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html)
- World Economic Forum. (2023). Travel and Tourism Competitiveness Reports 2013, 2015, 2017, 2019. <https://www.weforum.org/reports>